



“Memórias de um Secretário”

Ministro José Pereira Lira

UM POUCO DA MUDANÇA TEVE A SUA PARTICIPAÇÃO. NO ESPÍRITO A MOCIDADE CONTRASTA COM SEUS BRANCOS CABELOS. HOMEM PÚBLICO DOS MAIS BRILHANTES, NARRA EM CONTOS OU EM VERSOS A PROEZA DE OUTROS HOMENS. OS “RETALHOS DE MEMÓRIAS” DE UM ESCRITOR E MINISTRO.

Comprara, eu também, um terreno em Planaltina. O Governo Epitácio era partidário da transferência da Capital da República. Esforçava-se para levar, bem para o Oeste, o trem de ferro. Epitácio copiava o seu inimigo histórico: Floriano. Este, dera partida, na República, ao problema nacional, com a Missão Cruls. Epitácio comemorava o Ano do Centenário, simbolicamente, com o Marco de Planaltina. Era a força de um sábio dispositivo constitucional. Morávamos então numa pensão modesta, em frente ao Cattete. Havia paraibanos, lá e cá, que se frequentavam. Tivemos, cá e lá, alguns, um gesto lírico: morar no Planalto Central. Passou a febre... Nunca chegamos a visualizar o local das nossas futuras moradas... Prescreveu “a nossa propriedade”. Desfez-se o sonho... É que alguns de nós frequentávamos o Templo Positivista, na Rua Benjamin Constant — que velava pela bandeira nacional, pelos silvícolas e pelo centro geodésico do território; o coração do Planalto Central. Coisas de mocidade...

oOo
Governo Dutra. 6 horas da manhã: Hora do meu despacho com o Presidente. Deste, era dever nomear uma Comissão de Técnicos, de reconhecido valor, “para proceder ao estudo de localização da nova Capital”, “a ser transferida para o Planalto Central do país” (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 4o.). Este assunto tinha sido tratado, anteriormente, em todos os seus aspectos, circunstâncias e consequências pelo ex-deputado paulista, Prudente de Moraes Filho, na chamada Comissão Constitucional do Itamarati, de que era membro eminente, e destinada a projetar a Constituição de 1934.

Antes do despacho do Presidente com o Secretário da Presidência, foram dadas instruções ao “colaborador”, como seu costume dizer: “Há que tomar providências para cumprir a Constituição (o livrinho vermelho estava aberto e marcado pelo Presidente). A mudança da Capital — sabemos quanto é difícil, realize-la, será preciso persistir. Não o farei, mas cumprirei a minha parte. Vou nomear o Chefe da Comissão. Este, para maior responsabilidade, indicará com liberdade, os outros membros, para a minha aprovação. Deverá ser um militar, com acesso e autoridade dentro do Serviço Geográfico do Exército. Estou pensando em dois nomes — que são dois executivos experimentados. Disputaram o primeiro lugar, na sua turma. Estou certo de que qualquer deles cumprirá bem a etapa preliminar da incumbência constitucional”.

No dia seguinte, à mesma hora matinal, no despacho habitual, deu o Presidente instruções ao Secretário da Presidência: “Peça ao general Polly Coelho (Djalma), para me procurar pessoalmente, independente de audiência”. E acrescenta, numa explicação desnecessária, mas reveladora do alto conceito em que tinha o rival vitorioso de turma do general Polly Coelho: “Não devo deslocar o general Lott de São Paulo — onde está prestando excelentes serviços”.

Nada disso era dito, ou feito, em caráter de “ditado”, mas com aquela cortesia com que ele revestia o exercício do poder civil.

Também não recomendava “urgência”. Para ele, todos os negócios do Estado eram “urgentes”. Havia, sim, os assuntos injustificadamente procrastinados. Esta “observação” consta, em nota de pé de página, das “Memórias de um Secretário”.

oOo
Constituiu-se a Comissão de Técnicos, por escolha do general Polly Coelho, aprovada pelo presidente, em que figuravam cientistas, geógrafos, engenheiros, peritos em ciências agrônômicas, meteorologistas e administradores. Alguns, sem grande repercussão perante o grande público, como sói acontecer com os verdadeiros sábios, trancados no silêncio dos laboratórios; e outros já revelados e consagrados pela administração pública, como Jerônimo Coimbra Bueno, construtor de Goiânia, Luis de Anhaia Melo, administrador municipal de S. Paulo, o geógrafo Cristovam Leite de Castro, o engenheiro Luis Vieira, especialista em técnica viária e ex-ministro de Estado, Lucas Lopes, uma competência polimórfica, também ex-ministro, para fugir da total enumeração do elemento civil, escolhido pelo presidente da Comissão.

Essa Comissão Técnica teve a colaboração de eminentes sábios e especialistas estrangeiros. O resultado foi consubstanciado em cem (100) volumes compactos, grossos volumes, compendiando, num esforço sobre-humano, o mais extenso estudo de geo-política que se conhece, abrangendo tudo sobre o Planalto Central, da composição do solo e do regime de águas, fauna e flora, até ao aproveitamento dos dois rios gêmeos — Tocantins e Araguaia — além de “destinar”, para porto do Brasil Central, o porto de Belém do Pará. Brasília debruçava-se sobre a grande floresta.

Visava Polly Coelho à dominação e integração da Amazônia, de preferência à absorção setorial do complexo goiano. Toda essa imensa documentação está, agora, esparsa, abandonada e dividida entre a Câmara e o Senado... É preciso recuperá-la, por-la a salvo da destruição; e propiciar o acesso, nela, aos estudiosos, pois que é o maior documento cultural brasileiro, ensajado pela fundação de Brasília. Nada existe que se lhe equipare, nem aqui nem alhures, como estudo de geo-política.

oOo
A conclusão desse documento histórico, excepcional, mas esquecido e mesmo abandonado, — foi resumida na Mensagem do presidente Dutra ao Congresso Nacional, firmada em 21 de agosto de 1948.

O presidente quis dirigi-la do interior do país e escolheu a Cidade de Corumbá — que perdemos, e retomamos do invasor, no passado. Bem no coração do Brasil.

Fora aproveitada “integralmente” a área de 14.400 K2, proposta em 1892 pela Comissão Cruls, em zona de confluência das bacias dos rios Amazonas, Paraná e São Francisco.

Não foi fácil essa vitória do interesse nacional, já no seio do Poder Executivo, o Conselho de Segurança, registra cinco votos em doze, a favor do Triângulo Mineiro. Existe ata detalhada, com os nomes dos votantes e as razões de votar — as quais, aliás, conflitavam com o texto constitucional.

Observava a Mensagem do Presidente Dutra que não se tratava de localizar o sítio de uma cidade, mas o do futuro Distrito Federal, o que é muito diferente.

Salientou mais que a solução, concretizada e demarcada pela Comissão, dispensava, por desnecessária, a fase intermediária de delimitação, prevista pela Constituição, por isso que, na fixação dos seus limites, fora aproveitada uma série de trechos fluviais, já se tendo realizado, nos restantes, trabalhos de demarcação.

oOo

Toda essa rememoração foi para concluir, com segurança, que a maior obra cultural de Brasília, como estudo de geo-política, foi por ela determinada mas é anterior à sua existência: são os cem (100) volumes compendiados pela Comissão Polly Coelho, e abandonados no Congresso Nacional.

oOo

Depois do Plano Polly Coelho, tradicional, com ampla retaguarda rural e produtividade agrícola, mediante 14.400 quilômetros quadrados, já pertencentes à União, vieram ou voltaram outros planos mais reduzidos e quem sabe se prejudiciais ou não: — Plano Vargas; Plano de aproveitamento de uma simples cidade, no Triângulo Mineiro; adaptação da Cidade do Rio de Janeiro, etc.

A todas essas idéias deformadoras ou, pelo menos redutoras, — respondeu o general Polly Coelho num opúsculo magistral, intitulado: “Façamos a Mudança da Capital, mas façamo-la bem feita” (1953).

É indispensável, também, sua leitura para compreender as raízes dos problemas globais de Brasília.

oOo

Brasília já é um evento cultural.

A execução da mudança, nas condições legislativas achadas, coube à vontade firme de Juscelino Kubitschek. O Brasil testemunhou. Ninguém lhe rouba a glória intransferível. Todo louvor nunca será demais.

O presidente Dutra costumava pedir, depois que deixou o governo, que os seus amigos se abstivessem de relembrar o trabalho sério e sincero do seu governo, em tema mudancista.

Nas duas vezes que visitou Brasília, declarou-se orgulhoso, como brasileiro, daquilo que Juscelino tornou realidade.

“É preciso dar o seu a seu dono”, comentou, descortinando o panorama da urbe, mas ressaltando que Brasília era a porta da Amazônia, e que Belém era o Porto natural do Oeste Brasileiro.

Era o pensamento diretor, divulgado por Polly Coelho, no seu opúsculo célebre (1953), ainda que pouco lido, reforçando aliás o Relatório Técnico (1948).

A BRASÍLIA CULTURAL...

Estes “fragmentos”, extraídos das pacientes “Memórias de um secretário”, visaram a demonstrar que o mais significativo documento cultural de Brasília é anterior à sua existência.

É o “Relatório Técnico” da Comissão Polly Coelho, em cem volumes (foi preciso um caminho para levá-lo do Cattete à Câmara, acompanhando a Mensagem Presidencial, assinada em Corumbá, aos 21 de agosto de 1948).

O segundo fato cultural foi a refundação de “O Correio Brasiliense” transplantado, imaginativamente, de Londres, pela genialidade de Assis Chateaubriand.

O terceiro foi a composição e ordenação das bibliotecas da Cidade: a do Supremo Tribunal, a melhor fonte jurídica do direito luso-brasileiro nas Américas e talvez no mundo; — as duas, do Congresso Nacional, bem aparelhadas e instaladas; — e a da Universidade de Brasília, hoje com modelar implantação e com funcionamento exemplar, aberta dia e noite, pelas madrugadas a dentro, a pesquisadores e estudantes.

O quinto fato cultural é a sua imprensa regular na qual avultam, com o Correio Brasiliense, o DIÁRIO DE BRASÍLIA, o Jornal de Brasília e Vanguarda.

A sexta manifestação de vivência literária foi a fundação, em 21 de abril de 1963, da Associação Nacional de Escritores, devida à pertinência do grande animador das letras, escritor Almeida Fischer, seu presidente, que foi, de casa em casa, de repartição em repartição, despertar os intelectuais brasilienses para a vida associativa.

Vieram depois outros sodalícios, menores mas de grandes expectativas, bastando referir o Clube de Poesia, presidido pelo poeta Waldemar Lopes e a Associação dos Escritores Profissionais, sob o comando de Alan Viggiani.

Agora mesmo, ressurge com grande vigor, sob a Presidência do ministro Guido Mondim, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, em monumental sede própria, e destinado a desenvolver febril ação cultural.

oOo

Enfim, veio a Academia Brasiliense de Letras. Reuniu-se a primeira Assembléia de Membros Fundadores, às 22 horas do dia 8 de março de 1968, no Teatro Nacional, na sede provisória da Associação Nacional de Escritores. Seu registro civil, como pessoa jurídica, é de 26 de abril de 1968.

A ANE escolheira, pouco momentos antes, em escrutínio secreto, nomes que reputava condignos de constituírem a Comissão Fundadora da Academia Brasiliense de Letras e seus membros natos, na seguinte ordem, constante da Ata registrada: Aderbal Jurema, Antonio Serralvo Sobrinho, Cândido Motta Filho, Domingos Carvalho da Silva, Hamilton Nogueira, Hermes Lima, Ernani Sátiro, Joaquim de Sousa Neto, José Pereira — Lira, Nelson Ornegna, Osvaldo Almeida Fischer e Sílvio Elia.

São esses os Fundadores, tendo sido representados, no ato de constituição, por J. Pereira — Lira, Aderbal Jurema e Ernani Sátiro. A presidência da sessão de fundação, por aclamação, coube a Hermes Lima, mediante proposta de Almeida Fischer. Foi eleita uma Diretoria Provisória, sob a Presidência de Hermes Lima e Secretaria de Domingos Carvalho da Silva.

Com o inesperado falecimento de Serralvo Sobrinho, o Quadro de Fundadores ficou reduzido a onze intelectuais. Posteriormente, foram admitidos na “ilustre companhia”, mais os seguintes escritores: Antonio Fonseca Pimentel, Luiz Beltrão, Dinah Silveira de Queiroz, Rubens Borba de Moraes, Jarbas Passarinho, Abgar Renaut, Waldemar Lopes, Mozart Vitor Russomano, Aliomar Balleiro, Ruy Santos, Ciro dos Anjos, José Wamberto e Ursulino Leão.

Têm posse marcada José Sarney e Bernardo Ellis. O escritor Ruy Santos preencheu a vaga que devia ser ocupada pelo escritor Aloysio de Carvalho Filho, que, eleito, faleceu, infelizmente, e antes da consumação da posse acadêmica.

Os dois primeiros presidentes foram Hermes Lima e Cândido Motta Filho, tendo sido eleito posteriormente J. Pereira — Lira. Há quatorze vagas a preencher, para constituição definitiva do sodalício cujas reuniões de posse têm primado pelo ato nível cultural atingido, com grandes acontecimentos literários, e de distinção acadêmica e social.

A Academia está crescendo, de vagar e com segurança, como crescem as grandes e majestosas árvores da floresta brasileira.

